

As UPPs, as Elites e a Imprensa: militarização e consumo no processo de “pacificação” de favelas do Rio de Janeiro\*

*The UPPs, the Elites and the Press: militarization and consumption in the “pacification” process in Rio de Janeiro’s slums*

*Las UPPs, las Elites y la Prensa: militarización y consumo en el proceso de “pacificación” de las favelas de Río de Janeiro*

---

Dinaldo Almendra\*\*

---

## RESUMO

O artigo aborda as relações entre a agenda midiática e a agenda política da segurança pública no Rio de Janeiro. Analisa a construção simbólica das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nos discursos dos jornais O Globo e Extra, tomando o conceito de representação social como estratégia teórico-metodológica para abordar o problema da “violência urbana”. Como resultado, observa a hibridização dos discursos de militarização e de consumo nas relações entre a segurança pública, as elites e a imprensa na conjuntura que faz do Rio de Janeiro uma “cidade de negócios” orientada para os “megaeventos” esportivos, uma cidade onde o medo da violência física e os sonhos dos consumidores fecham conexões de sentido com a demanda de manutenção da ordem pública.

Palavras-chave: UPP. Pacificação. Imprensa. Militarização. Consumo.

## ABSTRACT

This paper analyses the relations between the media and the public safety policy in the State of Rio de Janeiro. The analysis focuses on the symbolic building of the the Pacifying Police Unit (UPPs) in the media, mostly newspapers such as O Globo and Extra, taking the concept of social representation as a theoretical and methodological strategy to approach

---

\* Artigo fruto de pesquisa desenvolvida com o apoio da FAPERJ - Programa PRIORIDADE RIO 2010 (Apoio ao estudo de temas prioritários para o Governo do Estado do Rio de Janeiro), intitulada Virtudes e limites das UPPs: uma avaliação socioantropológica, realizada pelo CEVIS - Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (CEVIS-IESP/UERJ), sob a coordenação do Professor Doutor. Luiz Antonio Machado da Silva. Meus agradecimentos à equipe do Centro de Documentação e Informação (CDI) do Infoglobo pela atenção e pela disponibilidade. Sou grato pelas contribuições do coletivo de pesquisadores à primeira versão deste texto.

\*\* Graduado em Comunicação Social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Mestre em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Professor do Curso de Cinema e Audiovisual da UNILA. Coordenador do CENASUR - Coletivo de Estudos em Cinema, Audiovisual e Narrativas Urbanas. Também atua no Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (CEVIS-IESP) e no Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH-UFPR). E-mail: dinaldoalmendra@hotmail.com

Artigo recebido em maio/2014 e aceito para publicação em maio/2014.

*the “urban violence” problem. As a result, it presents the hybridization between the discourses of police militarization and consumption in the relations between public safety, the elites and the press, turning Rio de Janeiro into a “business city” oriented to sports mega events, where the fear of violence and the dreams of consumers are articulated in the maintenance of public order.*

*Keywords: UPP. Pacification. Press. Militarization. Consumption.*

#### **RESUMEN**

*El artículo analiza la relación entre la agenda mediática y la agenda política de la seguridad pública en Rio de Janeiro. Enfoca la construcción simbólica de las Unidades de Policía Pacificadora (UPPs) en el discurso de los periódicos O Globo y Extra, tomando el concepto de representación social como una estrategia teórico-metodológica para abordar el problema de la violencia urbana. Como conclusión, presenta la mezcla observada entre los discursos de militarización y consumo en el contexto de reestructuración urbana por la que ha venido pasando Rio de Janeiro para recibir grandes eventos, una ciudad en donde el miedo a la violencia y los anhelos de los consumidores se articulan con la exigencia de mantener el orden público.*

*Palabras Clave: UPP. Pacificación. Prensa. Militarización. Consumo.*

## INTRODUÇÃO

Este artigo aborda as relações entre a agenda midiática e a agenda política da segurança pública no Rio de Janeiro. A ênfase recai no modo como a chamada “grande imprensa” – aqui recortada nos jornais *O Globo* e *Extra* em suas versões impressas veiculadas pelo Infoglobo – repercute aquilo que a vida social denomina “violência urbana”, observando as conexões de sentido entre a performance midiática e o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), resposta política do governo estadual ao problema da segurança pública. A “violência urbana” é compreendida aqui como uma “representação social”, cujo “núcleo duro de sentido” concentra o foco da atenção coletiva nas rotinas da vida privada, estritamente nas “ameaças à integridade físico-pessoal e ao patrimônio material” (SILVA, 2008, p.35):

[...] violência urbana é uma representação coletiva, uma categoria do entendimento de senso comum que consolida e confere sentido à experiência vivida nas cidades, bem como orienta instrumental e moralmente os cursos de ação que os moradores – como indivíduos isolados ou em ações coletivas – consideram mais convenientes nas diversas situações em que atuam.

Essa representação social da “violência urbana”, matriz interpretativa de senso comum do problema da segurança pública, não é, evidentemente, um produto midiático, logo, ela não é criação exclusiva das mídias, mas sim fruto de inumeráveis e variadas experiências cotidianas relativas a ações definidas como crimes cometidos mediante a ameaça ou o uso efetivo da violência física e das suas extensões (as armas). A grande maioria dessas ações não é publicizada nas mídias, porém, nem por isso elas deixam de ser um “tópico público”, isto é, *accounts* sobre um mundo social urbano, decorrentes das situações de violência imaginadas e projetadas pelo medo ou, de fato, vividas e testemunhadas, bem como relatadas e ouvidas por familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, sejam eles vitimizados ou não.

Nesse sentido, tal como argumenta Porto (2009, p.211), as mídias de massa de fato são, “[...] nas modernas democracias contemporâneas, um dos principais produtores de representações sociais, as quais, para além de seu conteúdo como falso ou verdadeiro, têm função pragmática como orientadoras de condutas dos atores sociais”. É por isso que, como afirma Lima (2006, p.10; 2010), as mídias constituem hoje um campo especial onde as relações políticas são construídas e desconstruídas de um ponto de vista simbólico: os atores políticos disputam a visibilidade nas mídias e, consequência disto, também lutam para publicizar os pontos de vista favoráveis aos seus objetivos, capazes de alimentar a crença na legitimidade das suas ações. Assim, é com saturação noticiosa das UPPs, com a sua “presentificação” sistemática através das mídias no espaço público midiaticizado, que o leitor de *O Globo* ou de *Extra* é “ator-testemunha e espectador”<sup>1</sup> da sua própria experiência cotidiana de medo,

<sup>1</sup> A relação entre o público “ator-espectador” do seu cotidiano e os discursos das mídias sobre os acontecimentos inscritos nos fluxos dessas vivências é teorizada por Charaudeau (2005; 2006).

na medida em que ele é um cidadão com certo interesse nas ações políticas de segurança pública e, igualmente, uma vítima (real ou virtual) dos agentes da “violência urbana”, os bandidos.

Isso demonstra, sem dúvida, aquilo que Becker (2009, p.27) chamou de maneiras “altamente organizadas” de falar sobre a sociedade, de representá-la a partir de algum aspecto da vida social. Se, de um lado, as representações sobre a vida em sociedade são “produtos organizacionais” desenvolvidos pelo *O Globo* e *Extra* (como as notícias das UPPs), do outro, os relatos sobre a sociedade produzidos por essas mesmas empresas jornalísticas são fruto não apenas de técnicas, de saberes e de modos de produção, mas, igualmente, de uma percepção social da “violência urbana” construída coletivamente e que também pauta os profissionais da mídia. Seguindo Becker, não faço uma distinção entre relatos e representações. O corte conceitual que me interessa é entre representação como um produto organizacional e “representação social”, conceito compreendido no sentido durkheimiano clássico. Assim, os produtos organizacionais dos jornais *O Globo* e *Extra*, isto é, os relatos jornalísticos sobre as UPPs, acionam e manejam os repertórios simbólicos da “violência urbana” enquanto “representação social”.

Com efeito, a representação da “violência urbana” como produto organizacional pode ser estudada e enquadrada analiticamente na moldura da representação social da “violência urbana”. Nesta chave, cabe observar não como a “comunicação midiática” influencia a vida social, mas como a vida social, regida pelos sentimentos de medo e de insegurança, encontrou nos jornais *O Globo* e *Extra* a sua grande caixa de ressonância. Deste ponto de vista, o conceito acima referido permite compreender como as UPPs são integradas e enredadas a relatos sobre a sociedade carioca que são fruto de um produto organizacional e editorial que assumiu a forma de uma argumentação no espaço público midiático. Retomando Becker, a cobertura de *O Globo* e *Extra* está armada como uma espécie de “dispositivo” de “declarações de fato”, e isso faz com que esses relatos de caráter organizacional-editorial sobre a “violência urbana” acionem e mobilizem a sua representação social como fonte de evidências, de saberes e de ideias sobre o tema da segurança, com ênfase nas UPPs:

Um relato sobre a sociedade, portanto, é um dispositivo que consiste em declarações de fato, baseadas em evidências aceitáveis para algum público, e interpretações desses fatos, igualmente aceitáveis para algum público. [...] As pessoas que coletam fatos sobre a sociedade e os interpretam não começam do zero a cada relato que fazem. Usam formas, métodos e idéias que algum grupo social, grande ou pequeno, já tem à sua disposição como uma maneira de fazer esse trabalho (BECKER, 2009, p.26-27).

As agendas política e midiática vibram em sintonia desde que as UPPs ganharam visibilidade, elas passaram a ser relatadas sistematicamente por diversos atores sociais e políticos nos espaços públicos mobilizados em torno do problema da “segurança” e da “violência”. As UPPs produziram alguma aderência, pela primeira vez em anos, entre o sentimento coletivo de medo da violência e uma proposta de enfrentamento do crime e da violência que não é imediatamente desacreditada entre

as diversas classes sociais. Ainda assim, o caráter militarizado dessa “pacificação” não deixa de ser fruto do que Birman diz serem “técnicas governamentais” de identificação e de caracterização dos favelados, que “não os reconhecem como portadores de direitos civis, por um lado, e, por outro, qualificam-nos negativamente, o que tem dado lugar, ao longo da história, a políticas territoriais específicas como forma de controle de seus comportamentos e do seu acesso à cidade” (BIRMAN, 2008, p.102). Quando o jornal sensacionalista *Meia-Hora* estampa a manchete “Vila Cruzeiro agora é área ‘tipo’ pacificada”, de 23 de fevereiro de 2013, numa alusão irônica ao filme publicitário da TV a cabo *NET*, que diz, “Não é *NET*, mas é tipo *NET*”, é porque as UPPs, apesar do sentimento de esperança que elas despertam, também são objeto de desconfiança de quem é alvo dessa política, os favelados moradores das áreas pacificadas, e que constituem o público leitor desse jornal popular.<sup>2</sup>

O processo de “pacificação” tem dimensões variadas e contraditórias, as quais se encontram sob descrição crítica e disputa simbólica. As UPPs ocupam o espaço público a partir do problema da ordem pública, e os jornais *O Globo* e *Extra* interpõem-se e disputam o processo no campo midiático, jogando com a “construção da opinião”, realizando um trabalho altamente organizado de mediação entre a atividade policial e o cidadão a ser informado sobre os seus resultados no controle da violência criminal, a qual ele receia e demanda soluções. As UPPs são convertidas em um objeto de racionalizações operadas nos relatos jornalísticos, isto é, nas notícias, dispositivos de declarações de fato capazes de repercutir o confronto de vozes diversificadas: de moradores de favela e do “asfalto”, de lideranças faveladas, de jornalistas, de autoridades governamentais, de políticos, de policiais, de especialistas em segurança pública, de militantes de movimentos sociais, de vítimas da violência etc.

Os jornais *O Globo* e *Extra* constituem uma parte do espaço público midiático, a que atinge maior visibilidade e repercussão social e política do Rio de Janeiro. Fazer uma crítica racional da “violência urbana”, e, simultaneamente, reconstruir o debate nos relatos dos jornais *O Globo* e *Extra*, revelam-se duas faces de uma mesma moeda. Os relatos jornalísticos sobre as UPPs devem ser tomados como uma dimensão integrante da percepção social generalizada sobre a “violência urbana” e o problema da “segurança pública”. Cabe analisar como *O Globo* e *Extra* organizam, em seus relatos, as vozes dos diferentes atores sociais e políticos que protagonizam disputas simbólicas em torno das UPs, e, a partir disso, como ambos os jornais ajustam as categorias sociais com as quais esses atores descrevem e interpretam o processo de “pacificação”, incorporando-as à visão social de mundo que difundem.

<sup>2</sup> De acordo com a matéria da revista *Piauí*, intitulada “Mulher Filé dá capilé a repórter nerd”, de Roberto Kaz, publicada na edição n.º 28, de janeiro de 2009, o sensacionalista *Meia-Hora* é o único impresso a resistir à hegemonia das Organizações Globo no Rio de Janeiro: “atualmente, com tiragem de 230 mil exemplares diários, é o terceiro jornal mais vendido do Rio, atrás do *Extra* e de *O Globo* – que contam com a estrutura financeira e de circulação das Organizações Globo, além da propaganda gratuita nas rádios e TVs do grupo no Rio”. O jornal *Expresso*, também das Organizações Globo, foi lançado em 2006 para concorrer com o *Meia-Hora*, mas as vendas estacionaram no patamar dos 70 mil exemplares. Cf. <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-28/anais-da-imprensa/mulher-file-da-capile-a-reporter-nerd>> Acesso em: 17 jun. 2013.

## 1 O GLOBO E EXTRA: tipos de leitores, argumentos sobre violência e segurança

O material empírico abordado é constituído por séries de notícias sobre as favelas Babilônia e Chapéu Mangueira, localizadas no bairro do Leme, na Zona Sul do Rio de Janeiro, veiculadas em *O Globo* e *Extra*, entre 2007 e 2011.<sup>3</sup> São notícias diárias sobre a vida cotidiana dos moradores das favelas e do bairro do Leme, coletadas através do banco de dados do Centro de Documentação e Informação (CDI), do Infoglobo. Este é um sistema de armazenamento e de busca de notícias publicadas nos dois jornais, as quais são avaliadas e cadastradas pelos analistas de informação do CDI a partir de categorias preestabelecidas pelo próprio banco de dados, tais como as que seguem: “produto” (*O Globo* ou *Extra*); “identidade” (que pode se referir a uma instituição, pessoa notória ou autoridade política); “local”, “datas”, “edição”, “editoria”, “caderno”, “coluna/seção”, “fonte”; “créditos”; “tipo de matéria”; “chamada”; “séries” (como as séries *Ilegal. E daí?*, *Democracia na favela* etc.).

Essas categorias de cadastro correspondem exatamente aos campos de busca nos quais o pesquisador insere palavras-chave para que o sistema faça a varredura nos textos e levante as notícias a partir delas. Logo, as notícias são capturadas de acordo com o trabalho de cadastramento feito pelos analistas de informação. Existem outros filtros e chances de cruzamento de informações feitas por palavras-chave e campos de busca, mas não é necessário deter-se neles. Isso porque o critério de levantamento e seleção das notícias é simples e muito eficaz. A pesquisa que fundamenta este artigo baseou-se, primeiro, num recorte temporal, e, depois, na escolha de localidades onde a UPP havia sido instalada, ou não, como no caso de três favelas escolhidas para compor o “grupo de controle” (MARÉ; VILA KENNEDY; ROCINHA).<sup>4</sup> Isso significa que as variáveis de busca foram apenas duas: linha do tempo e localidade (com ou sem UPP). A linha do tempo cobre o momento em que Sergio Cabral Filho assumiu o primeiro mandato no Governo do Estado do Rio de Janeiro até os dias atuais. A localidade se dá pela inserção do nome de uma favela com ou sem UPP no campo de buscas “local” (“Babilônia” ou “Chapéu-Mangueira”, por exemplo).

É relevante dizer, portanto, que as localidades (exceto as do grupo de controle) foram buscadas pelo fato de terem recebido uma UPP, mas em nenhum momento a palavra-chave “UPP” foi utilizada. Houve o entendimento de que a busca simples por uma localidade inscrita na linha do tempo que marca o governo Cabral faria surgir um corte espontâneo: o “antes/depois das UPPs”. Digitava-se no sistema de buscas do CDI, por exemplo, “Babilônia”, no campo “localidade”, e definia-se 1.º de janeiro de 2007 em diante, no campo de datas. Assim emergiam, espontaneamente, as UPPs nas séries de notícias na medida em que progredia a cobertura jornalística em ordem cronológica, ocasionando o desenho de duas conjunturas distintas: a da “guerra” e a

---

<sup>3</sup> São 40 notícias veiculadas em *O Globo* e 11 veiculadas no *Extra*.

<sup>4</sup> A favela da Rocinha recebeu uma UPP no curso do processo de pesquisa, em novembro de 2011.

da “pacificação”, deixados aqui entre aspas por serem termos nativos. Deixou-se que as UPPs viessem à tona na cobertura: os registros apresentam como eram relatadas as ações do crime e da polícia e as representações das favelas antes e depois da situação de “pacificação”, primeiro como “guerra” e, depois, como “paz”.

As três favelas do grupo de controle permitiram um acompanhamento da linha do tempo por localidade sem UPP, afinal, se a chamada “pacificação” não chegou (ou não havia chegado) em favelas como Vila Kennedy, Rocinha e Maré, o programa não deixa de se apresentar no horizonte de expectativas dos moradores de localidades ainda “sem UPP”. Este horizonte é construído pela especulação de autoridades do governo nas mídias, declarações de efeito cujos frutos políticos junto ao eleitorado são evidentes. Agora, vale apresentar os dados fornecidos pelo Infoglobo sobre o perfil dos leitores de *O Globo* e *Extra*, que são fruto de pesquisas de mercado realizadas pelo Ipsos Marplan na praça do Grande Rio<sup>5</sup>, entre abril de 2010 e março de 2011, e que servem para venda e negociação de veiculação publicitária e, assim, para subsidiar as estratégias de marketing dos anunciantes. Por isso, o interessante dos dados é que eles dizem respeito ao modo como o jornal define seu perfil de público para si mesmo e para os seus clientes. “*Fale com cada tipo de carioca. Fale com a gente*”, diz o site do Infoglobo aos seus clientes. Os gráficos apresentados a seguir informam como os jornais compreendem os perfis dos seus leitores e os apresentam ao mercado:

### O Globo - Perfil de Leitores

GRÁFICO 1 - SEXO

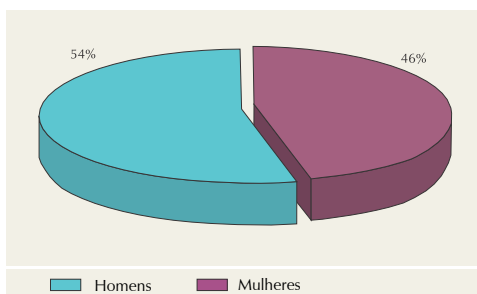
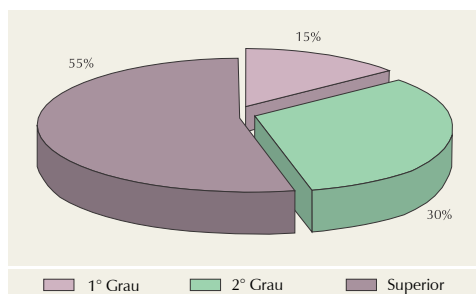


GRÁFICO 2 - ESCOLARIDADE



<sup>5</sup> Os dados sobre o perfil dos leitores de *O Globo* e *Extra* foram fornecidos pelo Infoglobo. Contudo, as informações sobre as classes sociais dos leitores do jornal *Extra* possuem erro de origem (a soma dos valores é inferior a 100%), dado diluído e incorporado ao argumento quanto aos “tipos” de leitores. Reproduzo aqui a maneira como as regiões do “Grande Rio” são delineadas pela empresa de pesquisa de mercado para ambos os jornais (fonte: Ipsos Marplan – Grd. Rio – Abr./10 a Mar./11): “Zona Sul: Botafogo; Copacabana; Barra da Tijuca; Lagoa; Zona Norte: Centro; Portuária; Rio Comprido; Tijuca; Vila Isabel; Santa Tereza; Central: Anchieta Vista Alegre; Irajá; Madureira; Pavuna; Inhaúma; Méier; Jacarepaguá; Zona Oeste: Bangu; Campo Grande; Jacarepaguá; Santa Cruz; Guaratiba; Barra da Tijuca; Leopoldina: Ilha do Governador; Penha; Ramos; São Cristovão; Inhaúma; Irajá; Pavuna; Portuária; Baixada: Duque de Caxias; Nilópolis; Nova Iguaçu; Mesquita; São João de Meriti; Coelho da Rocha; Xerém; Belfor Roxo; Queimados; Japeri; Outros Municípios: Niterói; São Gonçalo; Neves; Monjolo etc.

GRÁFICO 3 - CLASSE SOCIAL

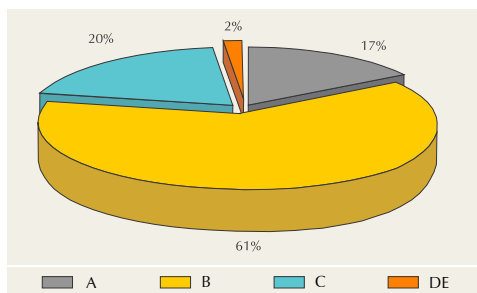


GRÁFICO 4 - FAIXA ETÁRIA

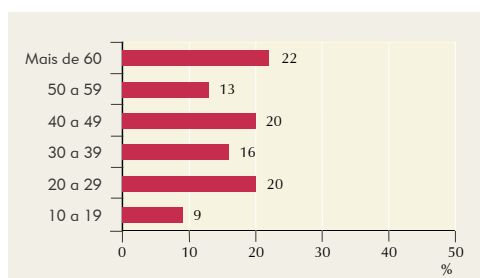
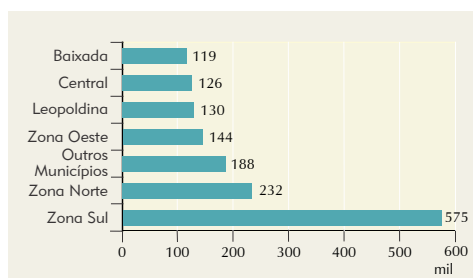


GRÁFICO 5 - LEITORES POR REGIÃO



### Extra - Perfil de Leitores

GRÁFICO 1 - SEXO

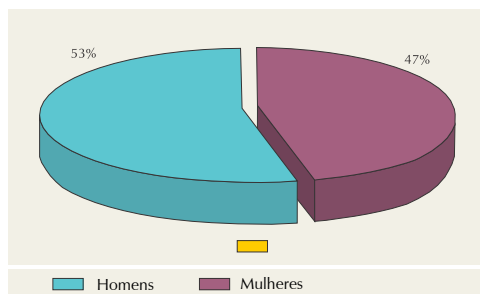


GRÁFICO 2 - ESCOLARIDADE

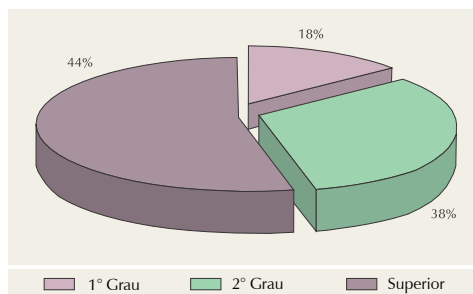


GRÁFICO 3 - CLASSE SOCIAL

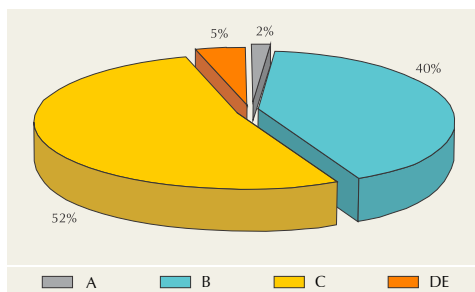




GRÁFICO 4 - FAIXA ETÁRIA

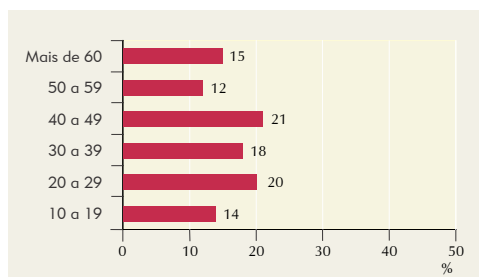
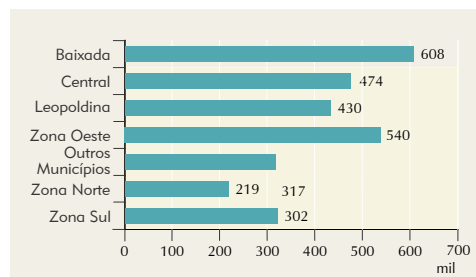


GRÁFICO 5 - LEITORES POR REGIÃO



Assim são definidos pelo Infoglobo os “tipos de cariocas” leitores de *O Globo* e *Extra*, a partir de pesquisas de mercado encomendadas para identificar e mapear os seus perfis, hábitos e expectativas de consumo, visando atender aos anunciantes a partir dos seus segmentos de atuação (mercado financeiro, imobiliário, varejo, veículos, indústria, cultura, educação, saúde etc.). É com a construção de um “tipo ideal” de leitor que os relatos de *O Globo* e *Extra* sobre a “violência urbana” organizam as vozes em disputa e ajustam as categorias sociais dos diversos atores e setores da sociedade mobilizados em torno das UPPs, a partir das evidências sobre o processo de “pacificação” consideradas aceitáveis para os seus públicos leitores. Compreendo a relação desses leitores com a produção “altamente organizada” de relatos jornalísticos nos termos da natureza dos “sistemas peritos” (GIDDENS, 1991, p.35-36), isto é, *O Globo* e *Extra* integram “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”. Nesse sentido, os leitores confiam na “competência” e na “autenticidade do conhecimento perito”, também entendidos como dispositivos de “desencaixe” porque “removem as relações sociais das imediações do contexto”, transformando-as em relatos sobre a sociedade que contribuem para tecer os fluxos da vida cotidiana da cidade.

Os debates e as disputas simbólicas configurados em torno dos sentidos das UPPs estão articulados à “questão urbana” e às lutas de democratização, quadros da percepção referidos à vida social organizada pelo Estado. O processo de “pacificação” é agendado no espaço público midiático e ganha organicidade a partir das discussões e demandas de restauração da ordem pública, problema que hoje, como afirma Leite (2012, p.21), está atualizado em uma conjuntura política e econômica específica, a de uma cidade que se prepara para sediar os chamados “megaeventos”, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, e que, neste registro, requer um projeto de reconfiguração para se transformar em uma “cidade de negócios”. A autora identifica o embrião de tal processo na primeira administração municipal do prefeito Cesar Maia (1993-1996), no momento em que o Rio de Janeiro consolida no imaginário nacional e internacional a representação de uma cidade violenta, ou, ainda, uma cidade em “guerra” (LEITE, 2000), fator reconhecido pelas classes dominantes como determinante para a sua degradação econômica e urbana, cujos causadores seriam os pobres.

Como disse Valladares (2005, p.20), “a associação quase sistemática entre pobreza e criminalidade violenta fez da favela sinônimo de espaço fora da lei, onde

bandidos e policiais estão constantemente em luta”. Na medida em que a “violência urbana” é vista como um impedimento ao desenvolvimento de um mercado atrativo para investimentos em setores variados – turismo, serviços, eventos, mercado imobiliário etc. –, torna-se necessário controlar as ações criminosas e, para isso, os responsáveis pelas políticas “identificam as favelas partindo do pressuposto de que são zonas ilegais, fora das normas e subequipadas, devem ser objeto de medidas especiais” (VALLADARES, 2005, p.158). Retomando Birman e Leite (2008, p.102-105; 2012, p.23), o esforço de transformação do Rio de Janeiro em uma “cidade de negócios” se dá na administração da relação de contraste e de desconfiança entre os modos de vida das classes médias e altas cariocas e dos favelados, os quais são alvo de “políticas de identificação” que criminalizam os seus lugares de moradia, imputando a eles uma subcultura de violência e de incivilidade que demanda ações criadas para nela intervir e reorganizá-la nos parâmetros de civilidade e de ordem pública aceitos pelas elites (VITAL, 2012, p.215).

Assim, quando “as favelas passam então a ser percebidas como a ‘outra metade da cidade’, aparecendo, antes de tudo, como o território da violência e da pobreza, da ilegalidade frente à cidade ‘legal’” (VALLADARES, 2005, p.20), os esforços orientados para a transformação do Rio de Janeiro em uma cidade de negócios atrativa ao mercado global prezam por intervenções que incidam diretamente sobre a vida dos pobres urbanos. Para Leite (2012, p.22-23), esses esforços assumem hoje três frentes de ações articuladas entre si: a “modernização” dos territórios de pobreza, de um lado, no que diz respeito ao seu equipamento urbano, do outro, na abertura de vias de circulação voltadas para o fluxo de pessoas e de consumo; a “higienização” desses territórios com a remoção de parte dos moradores através de intervenções municipais ou da chamada “remoção branca”, uma vez que, com o aumento do custo de vida nas favelas (aluguéis, regulação dos serviços, cobrança de impostos), muitas famílias estão sendo forçadas ao deslocamento para outras localidades; a “valorização imobiliária”, não apenas do interior das favelas, mas, especialmente, dos bairros que as circundam.

Dentre esses esforços apontados pela autora, quero destacar o fomento incessante da cultura de empreendedorismo entre os favelados, através de projetos de capacitação técnica em turismo, lazer e serviços, associado à forte repressão do mercado informal nos territórios de pobreza. O fomento de uma cultura empreendedora, nessa conjuntura específica, é fator sensível na medida em que se traduz na busca de organicidade de uma nova mentalidade favelada, mais compatível com as condições de vida de uma “cidade de negócios” e, igualmente, sintonizada com o pensamento das classes dominantes. As UPPs assumem um lugar estratégico em cada uma dessas frentes de ação, pois, uma vez que a “pacificação”, ao efetuar a ocupação policial permanente dos territórios, e, assim, pôr fim à circulação e exibição de armas pesadas e aos tiroteios que irrompiam nas ruas, permitiu que governo e grupos privados pudessem intervir mais diretamente em favelas antes vistas como “inacessíveis” em virtude do controle exercido pelo tráfico de drogas fortemente armado e ostensivo (ALMENDRA, 2011).

Com as UPPs, haja vista a ausência aparente, e nada trivial, de impedimentos ou ameaças à circulação de qualquer um nos territórios de pobreza, mesmo com a atuação não interrompida do tráfico de drogas, as ações de modernização, de higienização, de valorização imobiliária e de fomento à cultura empreendedora nas favelas são facilitadas. O problema “favela” (SILVA, 2009), atualizado como desafio à transformação do Rio de Janeiro em uma “cidade de negócios”, emoldura-se na relação entre violência e segurança, na representação social da “violência urbana”. Evoca junto aos leitores de *O Globo* e *Extra* a “questão urbana” e da “democratização”, que, pautadas pelos sentimentos de medo e insegurança, promovem no espaço público midiaticizado a ideia de paz contraposta à de medo, e isso faz com que os termos do conflito e da cidadania sejam deslocados para as margens do debate público (MORAES; ALMENDRA, 2012). Mas, na mesma medida em que os conflitos implicados em todo esse processo e os direitos de cidadania são rebaixados à dimensão restritiva das rotinas da vida privada, núcleo duro da representação social da “violência urbana”, o individualismo alimenta a visão de uma “cidade de negócios” que seduz pela integração como consumidores.

A partir do debate delineado acima, cabe argumentar que as UPPs concentram os esforços de manutenção do monopólio e do uso da força física, projetando-se como um instrumento de proteção dos direitos, notadamente o de ir e vir. Esse processo é apoiado por grupos de elite com interesses econômicos nas classes populares, uma vez que, em paralelo à “pacificação”, promove-se a ampliação dos mercados populares e urbanos de consumo, fator que mescla o discurso de militarização ao da prosperidade “para todos” pelo viés da garantia da ordem pública.

O consumo é, a um só tempo, marca, ideal e resultado da paz. Nos últimos anos, o funk carioca conquistou espaço nas periferias paulistas. Lá surgiu o “funk ostentação”, um estilo de funk que retorna ao Rio de Janeiro encontrando ressonância nas músicas de MCs cariocas como Menor do Chapa, dentre outros cantores. No “funk ostentação”, os MCs passaram a investir em algo pouco comum no universo funk, a linguagem de videocliques. Nas letras e videocliques, os MCs fazem uma ode ao consumo, sendo cantadas e rimadas marcas de roupa, de bebidas, de carros, de motos etc. Fala-se de mulheres e de sexo e, como nos videocliques de *rappers* norte-americanos, os MCs do estilo “funk ostentação” cantam em cenários de festas rodeados de mulheres, de iates luxuosos e de casas de alto padrão, e balançam para as câmeras notas de dinheiro vivo, as de 100 reais. Kondzilla, uma conhecida produtora de videocliques de funk ostentação, filmou um documentário sobre o estilo que ela própria contribuiu para criar. Nele, um dos entrevistados é Renato Meirelles, sócio e diretor do Data Popular, empresa de pesquisas que se especializou em estudos sobre hábitos e comportamentos da chamada “nova classe média”, as classes C e D. Sobre o funk ostentação, Meireles afirma o seguinte:

*Meu nome é Renato Meirelles, sou sócio diretor do Data Popular, que estuda a nova classe média brasileira há 11 anos. É impossível falar de cultura sem falar de consumo. O consumo faz parte do dia a dia das pessoas. Quando você vivia numa sociedade em que era ruim ser das classes C e D, e que você não arranjava emprego se morasse numa favela. O grosso dessas manifestações*

*culturais produzidas nessas comunidades tinha como interesse o protesto, reivindicação. O que na verdade refletia a indignação pela sociedade desigual que eles estavam vivendo. Quando a vida das pessoas começa a melhorar, o discurso da denúncia perde força para o discurso da celebração. Não que não existam coisas que não precisam ser denunciadas, muitas vezes são... Mas o sentimento de melhora de qualidade de vida é muito maior do que era há 10 anos atrás. Portanto, o protestar por protestar perde força nas expressões culturais dessa nova classe média brasileira. Nos últimos 10 anos, o aumento real do salário mínimo e a expansão da classe C se tornou um fato irreversível, que veio para ficar. De 2007 a 2008 pra cá isso se estendeu muito, fortemente impactado pela expansão do crédito somada à expansão da renda. Quando essas pessoas passam a ter direito a consumir, ela fica feliz. Ela fica feliz porque ela sente que aquele esforço dela está valendo a pena. Tá valendo a pena para se vestir melhor, para se apresentar para a sociedade de uma forma mais bacana, e isso tem um impacto direto na sua autoestima e também tem um impacto direto no próprio mercado de trabalho, afinal de contas quem foi que disse que quem é da classe C e D só tem que tomar pinga e não pode tomar uísque? Quem acha isso é a elite, não é a classe C. A classe C consegue ter acesso a esses produtos, consegue ter acesso a esses serviços e começa a cantar isso nas suas músicas, começa a cantar isso no funk, começa a cantar isso em todas as suas manifestações populares. Não tem nada de errado com isso. É um momento de fato de celebração dessa melhora que o nosso país teve nos últimos anos. O brasileiro gosta de celebrar cantando, gosta de celebrar dançando.*

O jornal *O Globo* fala para as elites, as classes A e B (categorias de renda, em última análise), que representam 78% do seu público leitor. Já os leitores do jornal *Extra* formam um público um pouco mais diferenciado, porém concentrado no outro extremo do *continuum* de renda, com 57% nas classes C, D e E, às quais se dirigem os MCs do funk ostentação. Assim, cabe observar que o discurso de autolegitimação do funk ostentação é caracterizado pelas oportunidades de consumo correspondentes às expectativas das classes populares, isto ao mesmo tempo em que elites políticas e econômicas não sabem lidar com a mobilidade ascendente desse Outro que é a massa da população urbana. Isso por dois motivos. Em primeiro lugar, porque as elites brasileiras desconhecem os pobres urbanos completamente, pois eles foram sempre mantidos à distância (ZALUAR, 1985; VALLADARES, 2005). Elas não sabem o que pensam, como vivem, e desprezam seus gostos e comportamentos, daí a proliferação recente de pesquisas sobre essas camadas. Em segundo lugar, tem-se um impasse desconcertante, as elites jamais se identificaram culturalmente com os pobres, porém agora podem ganhar muito dinheiro com eles, uma vez que não protestam, consomem, como diz Renato Meirelles, do Data Popular. A apresentação da pesquisa do Data Popular sobre “o mercado da base da pirâmide no Brasil”<sup>6</sup>, uma compilação de dados de 2004 e 2006, demonstra isso:

---

<sup>6</sup> Cf. <[http://www.datapopular.com.br/html/documentos/Apresentacao\\_DataPopular\\_2006.pdf](http://www.datapopular.com.br/html/documentos/Apresentacao_DataPopular_2006.pdf)> Acesso em: 29 jul. 2013.

Bem-vindo ao mundo do carnê, do consórcio, do SPC.

Bem-vindo ao mundo do metrô, do buzão, da lotação, da CBTU, do seminovo zerado.

Bem-vindo ao mundo do vale-refeição, do PF e da marmita.

Bem-vindo ao mundo do supletivo, da escola de cabeleireiro e do curso de computação.

Bem-vindo ao mundo do celular pré-pago, da megassena.

Bem-vindo ao mundo do trabalho informal, da pensão do INSS, do despertador pras 5, da mobilidade social.

Bem-vindo ao mundo do Ratinho, Raul Gil, Bruno & Marrone, Banda Calypso, Calcinha Preta, MC Leozinho e da Rádio Tupi.

Bem-vindo ao mundo do supermercado com a família, da cervejinha gelada, da macarronada com frango, do financiamento da Caixa.

Bem-vindo ao mundo surpreendente da economia da base da pirâmide.

Nessa pesquisa, o Data Popular diz que o “mundo corporativo” tem dificuldades em tratar com o “universo do consumidor popular” porque existem grandes diferenças “culturais”, “educacionais”, “econômicas” e “linguísticas” que os separam, e chama isso de “dissonância cognitiva”. A pesquisa alerta o mercado para o fato de que, na base da pirâmide, os “vocabulários”, os “repertórios” e os “valores” são diferentes, e é preciso conhecê-los na medida em que constituem e orientam as práticas sociais das classes populares. As empresas interessadas nesse mercado de consumo, que, de acordo com o Data Popular, teria tamanho “superior a Argentina, Chile e Uruguai, juntos”, estariam diante de um grande desafio, o de saber se comunicar com os pobres: “como transmitir mensagens sem ‘infantilizar o consumidor?’”, ou “como tratá-lo como adulto, senhor de si, apesar das suas limitações?”, já que “a base da pirâmide é menos escolarizada do que a elite econômica brasileira”, indaga-se o Data Popular. A pesquisa informa ao mercado que 40% dos consumidores da base da pirâmide “são analfabetos funcionais” e “apenas assinam o nome”; “leem pôsteres ou anúncios com letras grandes ou ilustrações”; “leem manchetes de jornais ou revistas”; “anotam o número de telefone ou leem preços”; e, além disso, “77% dos brasileiros não possuem habilidades matemáticas básicas, tais como ler gráficos e tabelas”.

O mercado quer se comunicar com os pobres urbanos, mas tem medo e desconhecimento deles: “a comunicação para a base da pirâmide”, informa o Data Popular, “deve considerar as referências estéticas da baixa renda”, isto é, ser “alegre”, “colorida”, “extravagante”, “exagerada” e transmitir “a ideia de fartura”. Ou, ainda, diz que a comunicação com a “classe A” requer outras estratégias, uma vez que a expectativa de consumo das elites é de exclusividade, o consumidor quer se diferenciar “das massas”. A “base da pirâmide”, ao contrário, “socializa informações sobre oportunidades de consumo”, quer “inclusão”, “pertencimento ao grupo”. A pesquisa do Data Popular também buscou mapear outras dimensões comportamentais e visões de mundo das classes populares, capazes de subsidiar o mercado com informações para a formulação de estratégias e tomadas de decisão de marketing apropriadas a

esses consumidores desconhecidos para as empresas. Afirma que, “diferente da elite, na base da pirâmide todo mundo ajuda todo mundo”, pois “a reciprocidade é um princípio estruturante da vida social” nos territórios da pobreza.

A pesquisa também apresenta dados sobre as “barreiras de acesso” das classes populares ao mercado de consumo, e destaca que “as classes populares convivem com o estigma de que pobre é ladrão”, e, igualmente, que “as questões de confiança e honestidade são um aspecto delicado e determinante no relacionamento com esses clientes”. O crédito também é uma barreira de acesso, mas quero sublinhar nos dados apresentados a relação entre “atendimento” e “mecanismos de segurança” reconhecidos pelos pobres urbanos como símbolos de desconfiança do mercado em relação a eles: “funcionários muito próximos”, “bolsas lacradas”, “portas giratórias”, “comprovante de renda”, “comprovante de residência” e “carteira de identidade”. A apresentação cita o depoimento de uma consumidora da classe C, de 40 anos de idade: “Uma vez fiquei esperando meu marido em uma loja e o vendedor começou a me olhar, pensando que eu estava querendo roubar alguma coisa. Resultado, eu nunca mais voltei naquela loja”, diz a entrevistada. A identificação do pobre como um consumidor potencial e o interesse no lucro proporcionado pelas classes populares estão fazendo com que as elites econômicas e o mercado descubram a vida favelada (RIOS, 1960; VALLADARES, 2005).

Nesse sentido, os processos de identificação social dos pobres e dos seus locais de moradia como violentos e criminosos, quando justapostos à identificação social desses mesmos pobres como consumidores potenciais, produzem fortes tensões, especialmente quando as pesquisas informam ao mercado que “a população da base da pirâmide é, em média, muito mais jovem”, ao mesmo tempo em que a juventude pobre das cidades é percebida culturalmente como o segmento produtor de violência (NOVAES; VANNUCHI, 2004; NOVAES, 2008). A militarização combinada com o discurso do consumo entrelaça as relações entre a segurança, a imprensa e as elites, operando a construção simbólica das UPPs no espaço público midiaticado na conjuntura da “cidade de negócios”, onde o medo da violência e os sonhos dos consumidores fecham conexões de sentido com a demanda de manutenção da ordem pública.

## 2 UPPs: um programa da polícia, uma construção da mídia

Neste ponto, cabe destacar a concepção intelectual e prática das UPPs pela polícia carioca, observando como ela é decisiva na estruturação midiática dos discursos de *O Globo* e *Extra*, orientando-se para os tipos de leitores de ambos os jornais e para a construção de um dispositivo de declarações de fato. As UPPs enquanto um “projeto” obedecem a uma formalização lógica específica da *intelligentsia* policial carioca.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Refiro-me às UPPs neste ponto como um projeto e não como um programa porque este seria o estágio de elaboração inicial, de debate sobre “o que” e “como fazer”, e não o da sua objetivação como programa, ainda que elas sejam um processo em construção, com uma estrutura de ação mais ou menos delimitada

No ano de 2009, no curso de um processo em que o Governo do Estado modificou a sua atuação policial em algumas favelas da cidade previamente selecionadas, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro converteu as “operações” nas favelas – grandes ações repressivas e armadas contra o tráfico de drogas – em ocupação policial permanente, instalando UPPs em favelas da Zona Sul, da Zona Norte e da Zona Oeste. Para entender a UPP enquanto ação de repressão militarizada e de policiamento permanente é determinante compreender a maneira como a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), a partir da sua própria atuação e experiência operacional nas favelas, edificou um saber próprio e específico sobre o tráfico varejista de drogas ilícitas e, igualmente, sobre o padrão de violência que ele engendrou. É nesse saber empírico racionalizado, criado, compartilhado e reproduzido pelos policiais nas últimas décadas que se encontra a concepção intelectual e prática das UPPs, cujos rastros históricos e sociais deitam no que Coelho (2005) chamou de “marginalização da criminalidade e criminalização da marginalidade”. Em entrevista ao jornal *Extra*, o ex-comandante do BOPE, Mário Sérgio Duarte, comandante geral da PMERJ de julho de 2009 a setembro de 2011, período estratégico para a instalação das UPPs, argumentou:<sup>8</sup>

*É claro que toda arma mata, toda arma de fogo mata. Mas os fuzis, essas armas longas, essas armas de guerra, elas têm um poder maior no sentido de que têm um poder de fogo muito maior, um alcance de utilidade de disparo muito maior também. E ela “empodera” o traficante, ela acaba trazendo, permitindo um ethos de guerra ao narcotraficante. Em função disso nós dirigimos nossos esforços, é claro que para a apreensão das armas de fogo de uma maneira geral, mas em especial para o desarmamento dessas quadrilhas. Eu costumo dizer que, na minha vida profissional, posso distinguir dois momentos: o anterior à chegada dos fuzis para o narcotráfico no fim da década de 80 e depois que os fuzis chegaram. O criminoso daquela época era um criminoso que se organizava até em bandos e quadrilhas, mas o crime não era coletivizado, coletivizado em facções de tal maneira a muitas vezes envolver a população que, subjugada, passou a fazer a vontade do criminoso. O fuzil, depois que entrou para a cidade do Rio de Janeiro e foi parar na mão do traficante, fez a diferença. Por que ele acabou promovendo uma vontade de guerra que evoluiu para um ethos de guerra e promoveu algo que eu costumo chamar de uma ideologia de facção. É um conjunto de valores, de valores de dominação e de ódio que envolve esses elementos e promove uma identidade coletiva entre um grupo de uma comunidade com outro de uma comunidade completamente diferente. Então, é preciso retirar esses fuzis e é preciso desterritorializar esse traficante, porque é a partir dessas ações que nós vamos desconstruir essa ideologia de*

---

e inacabada, planejada para o curto e médio prazo, fator que as deixa sob suspeitas de continuidade após a realização dos “megaeventos” para os quais foram desenhadas, como dizem e desconfiam os favelados que são alvo dessa modalidade de policiamento.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/o-fuzil-cria-valores-do-odio-diz-comandante-da-pm-377999.html>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

*facção. O que nós julgamos que é um fator preponderante é o fato de que se trata de uma facção apenas. Então, eles têm um trânsito muito grande de uma comunidade dessa para outra, de uma favela para outra. São todas comunidades muito pobres e eles atravessam sem nenhuma dificuldade porque o grupo de Manguinhos é o mesmo grupo da Nelson Mandela, que é o mesmo grupo do Jacarezinho. Então, isso facilita o trânsito deles por ali. E são favelas, como a gente pode ver principalmente ali em Manguinhos, que têm construções muito altas onde eles podem se enclausurar, se esconder com muita facilidade quando são perseguidos pelos becôs. Isso tornou o combate ao tráfico e a prevenção de delitos bastante difícil.*

Com efeito, torna-se claro que as UPPs no espaço público midiático encontram na instituição policial militar, que naquele momento tinha Mário Sérgio Duarte como porta-voz, a sua concepção intelectual e política. A sua fonte de estruturação repousa no cotidiano operacional da polícia nas favelas, cotidiano caracterizado pelo confronto armado com traficantes. É a partir dessa vivência direta que se perspectiva o problema da “violência urbana” e da “segurança pública”, de maneira que as UPPs, em última análise, revelam-se uma teorização policial porque encontra suas raízes mais profundas no modo como os policiais experimentam e compartilham a vida social favelada a partir das suas rotinas de atuação.

*A formulação das UPPs como dispositivos de policiamento é fruto dessa interação dos policiais com as favelas e dos conhecimentos que ela produziu: “glamour do fuzil”, “ethos de guerra”, “vontade de guerra”, “crime coletivizado”, “ideologia de facção”, “identidade coletiva”, esses são métodos, modos de fazer e de compreender, expressões e representações que a polícia tem das favelas, dos traficantes, dos moradores e, em especial, da sua juventude. Tudo isso foi traduzido na missão institucional das UPPs: apreender armas e desarmar as quadrilhas e, com isso, retirar o controle do território das mãos dos traficantes (“desterritorializá-los”), para enfraquecer e desconstruir a ideologia de facção centrada no fuzil, cujos “valores de dominação e ódio” são compartilhados pela juventude engajada no tráfico, produzindo identidades coletivas e envolvendo, por sedução ou mesmo ameaça, os moradores daqueles territórios desordenados.*

*A compreensão policial de um “crime coletivizado em facções” situadas em territórios da pobreza sem lei e ordem, aos quais deve ser levada a paz e a normalidade através do desarmamento e da retomada do controle territorial, encontra ressonância na argumentação pública do secretário de segurança José Mariano Beltrame. Convidado para ministrar a aula inaugural de uma instituição de ensino superior do Rio de Janeiro, ele tematizou a questão da violência urbana e da segurança problematizando a presença e a permanência dos favelados no território urbano carioca nos seguintes termos:*

*[...] As pessoas se instalaram no Rio de Janeiro ao seu bel prazer. E o estado deixou que isso acontecesse. E os senhores me desculpem, a sociedade tolerou que isso acontecesse. E hoje nós temos um problema grande que antecede,*



*na minha visão, um problema de segurança pública, que é um problema de desordem. [...] Mas aqui se presencia, se assiste, se sente, porque a segurança pública não é um bem material, é um sentimento. As pessoas têm que se sentir seguras. Então, este é um problema que a nossa cidade tem. Que nós temos muitas vezes esses locais considerados mais conflagrados dentro da cidade. E as pessoas, como eu falei antes, elas chegaram nesses lugares e ali permaneceram. E o poder público tem uma culpa muito grande porque ele, ao invés de agir de pronto, ele homologou. Porque políticos foram lá e deixaram essas pessoas para lá. Não só deixaram como prometeram água, prometeram luz, prometeram coleginho, prometeram ponto de ônibus, e aí homologaram a desordem. E vocês podem ver no mundo que aonde o Estado não se faz presente, nesses lugares, alguém se faz presente.<sup>9</sup>*

Na visão de Beltrame (2011), a formação das favelas, a ausência do Estado, a desordem pública e o fato de que a segurança não é um bem material, mas um sentimento contraposto ao de medo, tópicos sintetizados na percepção social e estigmatizante das favelas como “a outra metade de cidade”, seriam os fatores-chave para a compreensão da violência. Conseqüentemente, também seriam os fatores-chave de entendimento das UPPs enquanto uma concepção eficaz de enfrentamento do crime nas favelas e, para além delas, na cidade como um todo. Para Beltrame, a questão se tornaria mais grave pela posição geográfica das favelas cariocas, que não estão localizadas nas periferias, mas dentro da cidade. O secretário argumenta que Brasília tem índices de criminalidade piores que os do Rio de Janeiro, mas, como a violência se dá nas cidades-satélites, a 30 quilômetros do plano-piloto, “Ninguém vê, ninguém assiste, ninguém é perturbado diretamente por isso”.

O problema da violência urbana converte-se em um problema de visibilidade para classes médias e altas, uma vez que, para o secretário, na urbe carioca as ações violentas “acontecem aos nossos olhos, e as pessoas assistem cenas de violência, presenciam cenas de violência, e isso nos agride, ver as pessoas portando armas, granadas, achincalhando a sociedade”. Como Mário Sergio Duarte, Beltrame também identifica na ideia de “crime coletivizado” em facções e nas disputas fortemente armadas pelo controle territorial do lucrativo mercado das drogas a varejo o desenvolvimento disso que a polícia chama de uma “ideologia” de violência e de criminalidade:

*[...] Formaram-se esses bolsões totalmente desordenados sem a presença completa do Estado. E aí, isso passou a ser uma oportunidade muito interessante para que ali nesses lugares se instalasse o crime. Seja milícia, seja tráfico, seja o que os senhores quiserem. E por que ali? Porque exatamente ali o Estado não se faz presente na sua totalidade. [...] E a partir daí nós passamos a ter nesses lugares três facções criminosas muito bem definidas ideologicamente. E elas passaram e até hoje se odeiam, se odeiam. Então, nós temos um segundo requisito importante nessa discussão, que são facções criminosas com ideologia*

<sup>9</sup> Palestra proferida pelo secretário de Segurança José Mariano Beltrame na aula inaugural do Instituto Metodista Bennett, no início do ano letivo de 2011, e gravada por mim em áudio.

*de violência. Como violência? É porque cada uma tem o seu território e ela não permite que a outra entre no seu território. Então, nós temos a questão geográfica e, agora, temos a ideologia, de violência, de criminalidade. Ou seja: a facção A não permite que a facção B atue em determinada área.*<sup>10</sup>

Trata-se da matriz intelectual das UPPs, que nascem como um projeto da polícia. Esta matriz é a fonte dos discursos de informação de *O Globo* e *Extra* e serve ao caráter de *tecnicidade* do programa das UPPs, construção simbólica retratada nas pesquisas encomendadas pelo jornal *O Globo* ao Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS) para aferir a percepção da população favelada sobre as UPPs. A primeira pesquisa, de 25 de janeiro de 2010, elaborou a seguinte pergunta aos entrevistados favelados: “Na sua comunidade HOJE quem comanda é...”. As respostas dadas foram as seguintes: 75% (a polícia/UPP); 11% (a associação de moradores/os próprios moradores); 1% (a polícia/UPP e a associação de moradores); 1% (o tráfico e a polícia); 0% (o tráfico); 11% (ns/nr). A segunda pesquisa, de 9 de dezembro de 2010, também solicitada pelo *O Globo*, aplicou novamente a mesma pergunta, mas, desta vez, em favelas “com” e “sem” UPP, e, por fim, avaliou assim os resultados<sup>11</sup>:

Perguntados sobre quem comanda a comunidade, as diferenças foram importantes. Nas comunidades com UPP, 88% declararam que é a polícia/UPP que comanda, embora 2% tenham dito que ainda é o tráfico e 2% tenham declarado que é a milícia. Nas comunidades sem UPP, 41% disseram que é o tráfico, 5% disseram que é a milícia, 12% acham que é a polícia e 2% que são as forças armadas. Provavelmente, as respostas que colocam a polícia e as forças armadas como controladoras da comunidade se deve ao fato de os entrevistados serem moradores das favelas da Penha, atualmente ocupadas por essas forças de segurança.

Quem comanda? Esta pergunta traz à baila o pressuposto técnico do programa das UPPs, bem como aquilo que a sociedade carioca espera dele. A pergunta aglutina numa síntese o modo de construção pública do problema da segurança e da violência, articula a agenda política à agenda midiática a partir de uma visão social do lugar ocupado pelas favelas e seus moradores na hierarquia social, política e moral da cidade. Na medida em que a pergunta pressupõe a necessidade de que os pobres sejam “comandados”, ela os estigmatiza (GOFFMAN, 1980).

### 3 AS ELITES: militarização, empreendedorismo e “violência urbana”

O repertório de enfrentamento do crime e da violência construído pela PMERJ municia as notícias com discursos técnicos sobre o fenômeno com os quais os policiais lidam operacionalmente nas favelas. A visão policial e a atmosfera de oportunidade de negócios se ajustam reciprocamente na construção do projeto da nova cidade, processo em que a militarização da atividade policial cotidiana atua

---

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.ibpsnet.com.br/v1/>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

como braço operacional que abre espaços sociais para agentes econômicos a partir da ocupação de territórios que mantinham uma parcela da economia urbana em grande parte inacessível. Militarização e maximização dos lucros compõem a mesma face do medo e do interesse despertado nas elites pela vida e modos de consumo das classes populares, ilustrado pelas pesquisas do Data Popular.

Nesse sentido, duas notícias das séries de relatos sobre as favelas da Babilônia e do Chapéu-Mangueira, intituladas, respectivamente, *“Em busca do bolso da classe D”*, de 3 de abril de 2011, e *“Seguradoras discutem o cliente do futuro”*, de 25 de maio de 2011, indicam a simbiose entre a militarização da polícia e as expectativas de consumo articuladas à segurança pública:<sup>12</sup>

Grandes empresas criam produtos específicos para o segmento, de refrigerante a seguros [...] O banco Santander, por sua vez, decidiu potencializar seus lucros com o microcrédito para a classe D. *Instalou a primeira agência bancária do Complexo do Alemão, antes mesmo da pacificação*, e vai abrir outras em comunidades do Rio e de São Paulo.

– *Não estamos fazendo filantropia, mas viabilizando novos negócios* – disse o superintendente-executivo do projeto, Robson Rezende.

Vida e funeral, seguros preferidos [...] As seguradoras também querem uma fatia desse mercado. Estudo inédito da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNSeg), antecipado ao GLOBO, mostra um mercado peculiar. A pesquisa foi feita de maio a outubro de 2010 nas comunidades Dona Marta, Chapéu Mangueira, Babilônia e Cidade de Deus, no Rio, e Heliópolis, em São Paulo. [Grifos meus]

Ou, ainda:

Para conhecer melhor esse novo mercado, a CNSeg realizou um levantamento nas comunidades Santa Marta, Chapéu Mangueira e Babilônia, no Rio, entre março e outubro de 2010. Segundo a pesquisa, os produtos de maior interesse para os moradores locais são seguro de vida, funeral, saúde, automóvel, motocicleta, residencial, acidentes pessoais e desemprego. O estudo mostrou ainda que 21,6% dos moradores dessas comunidades têm algum tipo de seguro, sendo 45% destes pagos pelo empregador. Risco de incapacidade física, desemprego e acidente foram apontados como as principais preocupações dos entrevistados.

É interessante observar que a noção de “filantropia” fica deslocada diante das soluções de mercado. As favelas citadas nas matérias são pacificadas, e os problemas desses lugares não são tratados na linguagem dos direitos, e sim na do mercado, a partir de expectativas de bens de consumo – de seguros, e não de proteção social ou, mais especificamente, de segurança pública. Assim, a conjunção entre as ações orientadas pelas UPPs militares (retomada dos territórios, desarmamento e, então,

<sup>12</sup> Como as duas favelas estão localizadas no Leme, bairro tradicional e turístico da Zona Sul, a cobertura do jornal *O Globo* dos fatos acontecidos nesses morros ganha um destaque maior do que na cobertura do *Extra*.

desconstrução da “ideologia de facção” e do “crime coletivizado”) e as expectativas de mercado converteu as favelas em oportunidade de mercado. Além disso, a favela passa a ser vista como um “negócio social”, racionalidade mercadológica que seduz com facilidade as classes médias e altas, e também as populares, com a justificativa de que, através da “pacificação”, seria possível lançar mão de estratégias de mercado para melhorar a vida dos pobres, e, com isso, fomentar a cultura de empreendedorismo, registro em que a paz da ordem pública e o lucro justapõem-se.

A “policialização do problema social” (MORAES, 2008) através da militarização do cotidiano caminha lado a lado com a sua conversão em oportunidade de mercado. O modo como a polícia constrói o problema (a partir do controle territorial e da ideologia de facção) responde ao entendimento mercadológico de que a criminalidade afasta os empreendedores capazes de alavancar o progresso. A queda da criminalidade (ao menos a sua face mais visível, os fuzis e as granadas) torna-se o operador do consumo. Com efeito, a militarização atrelada aos processos de inserção social via consumo responde a uma necessidade de integração social que define quem é e, também, quem não será um consumidor nessa conjuntura da “cidade de negócios”, exercendo o controle sobre eles a partir da atividade policial.

Com isso, a presença da polícia nesses territórios através das UPPs tem o caráter de controle e vigilância (ocupação territorial permanente e ostensiva). O foco também é mantido na contenção da expansão do crescimento das favelas, ao mesmo tempo em que permanece o tempo inteiro orientado para a dissuasão bélica dos criminosos. Esta é a estratégia de visibilidade para a produção de sensação de segurança coletiva. A ideia de uma ideologia de facção que seduz quem está ao redor manifesta-se, por exemplo, na cobertura do jornal *Extra*, em uma matéria da série *O Rio pode dar certo*, de 24 de julho de 2009, que narra o cotidiano de uma favela sem UPP e sob domínio do tráfico:

Era tarde de 17 de junho na região do Santuário, no alto do Morro do Zinco. Um menino aparentando ter menos de 3 anos desce a favela com a mãe e a irmã. No caminho, os três cruzam com um traficante de drogas que, vestindo camisa e bermuda social, parece um universitário – não fosse o fato de estudantes não usarem pistola e radiotransmissor na cintura. [...] No lugar do medo, nota-se a admiração: o menino aperta a mão do bandido e os dois brincam. Depois, o garoto dá as mãos novamente para a mãe e desce. Enquanto isso, outros meninos e meninas passam com mochilas nas costas, seguindo para a escola. É mais um dia comum na favela dominada pelo tráfico de drogas.

“Com a paz o Rio todo cresce junto”, diz o *slogan* dos filmes publicitários das UPPs, produzidos pelo governo estadual. Mas isso não implica apenas o controle do crime, mas também daquilo que, em tese, o promove: a desordem. Por exemplo, antes da chegada da UPP dos morros Babilônia e Chapéu Mangueira, inaugurada em 10 de junho de 2009, a questão da ordem nas favelas sempre se colocou em suas implicações econômicas, isto ainda que a questão da violência não estivesse em pauta. Na notícia intitulada “Mudança na chefia da PM adia implantação de GPPE na

*Babilônia – Moradores do Leme dizem que expansão da favela continua*”, publicada em *O Globo* de 24 de fevereiro de 2008, uma moradora do Leme relatou ao jornalista uma situação observada por ela na favela a partir da janela do seu apartamento:

*Em alguns trechos, a vegetação do Morro da Babilônia está marrom, por causa das queimadas. À noite, vejo a mata cada vez mais iluminada, o que mostra que estão construindo entre árvores – conta a aposentada Cleonice de Souza. [...] Quando vim morar aqui só via uma casa bonita de cimento no alto do morro. Hoje, da minha janela, vejo várias casas de tijolos. Já pensei em vender meu apartamento, mas acabei desistindo. Sei que não vou conseguir recuperar nem a metade do que investi nele.*

Na conjuntura anterior à UPP, caracterizada pela “metáfora da guerra” (LEITE, 2000), o discurso do enfrentamento e da repressão fortemente armada era inequívoco, respondia a uma demanda monocórdica da população com medo de ter a sua integridade física e/ou patrimonial ameaçadas. A contaminação moral causada pela existência de uma favela nas vizinhanças dos bairros de classe média e alta agravou-se com a explosão da violência. Trechos de relatos jornalísticos sobre as disputas pelo controle das bocas de fumo nos morros da Babilônia e do Chapéu-Mangueira, intitulados “*Polícia cerca favelas e deixa bando acuado no alto de favela no Leme – Traficantes do Chapéu Mangueira não conseguem ter apoio de comparsas*”, de 26 de abril de 2008, e “*Manhã de pânico no Leme – Traficantes enfrentam PM, fogem pela mata, invadem prédio desativado e roubam van*”, de 8 de maio de 2008, são bastante ilustrativos:

É a crônica da violência anunciada. Os moradores estão tentando vender seus imóveis porque está insuportável. Os imóveis estão desvalorizados em 70% a 80%. Em junho do ano passado, estava em 20% – disse revoltado Francisco Nascimento, que criticou as autoridades de saúde, por causa da dengue, e de segurança, pelo aumento da violência no bairro.

Ou, ainda:

Moradores do Leme viveram horas de pânico na manhã de ontem. Após uma troca de tiros com policiais do 19º BPM (Copacabana), durante uma operação no alto dos morros da Babilônia e do Chapéu Mangueira, oito traficantes escaparam pela mata e, na fuga, invadiram um prédio desativado de uma empresa de telefonia, na Rua Roberto Dias Lopes, próximo à favela. Armados de fuzis, descalços e vestidos de preto, eles entraram pelos fundos do edifício, quebraram uma janela e escaparam pela rua. Cinco deles saíram andando pelo asfalto; três renderam o motorista de uma van, que fazia uma entrega, e fugiram no carro. O motorista foi obrigado a levar os criminosos até o Morro da Serrinha, em Madureira.

A UPP, enquanto uma resposta política para a demanda de ordem pública e de restituição da “sensação de segurança” – da imersão, *sem medo*, no fluxo regular das rotinas de vida –, é um desdobramento lógico de como o problema é construído

coletivamente e ganha inteligibilidade social. O objetivo da UPP é restaurar a confiança nas rotinas da vida privada tidas como ameaçadas, por meio da *intervenção policial militarizada* de “retomada” do controle das favelas, estigmatizadas como fontes de medo e insegurança. As séries de notícias que correspondem à cobertura do período antes da UPP nos morros Babilônia e Chapéu-Mangueira apresentam a figura do traficante como gerador da “reclusão doméstica” do “cidadão de bem”. Na matéria “*Tiros, balas traçantes e explosões de granadas assustaram moradores e turistas no Leme*”, de 9 de junho de 2008, a ênfase recai na perda do controle dos territórios para os bandidos e nos transtornos causados nos bairros próximos das favelas:

Tiros, explosões de granadas e balas traçantes cortando o céu assustaram moradores, turistas e clientes de quiosques no Leme. Houve correria e quem estava na praia se jogou no chão, porque tiros chegaram até a areia – a informação foi negada pelo comandante do 19º BPM (Copacabana), tenente-coronel Edson de Almeida. O confronto também assustou o público que chegava ao Teatro Villa Lobos, na Avenida Princesa Isabel, para assistir ao musical “Rádio Nacional”. Por questões de segurança, a administração decidiu cancelar a apresentação de anteontem e devolveu o dinheiro da compra de ingressos. O Villa Lobos fica ao lado de um dos acessos do Chapéu Mangueira, que foi usado inclusive pela polícia durante um tiroteio com as quadrilhas.

Como demonstra a matéria de “Tráfico de Nilópolis dá apoio à guerra no Leme – Policiais apreendem 21 granadas e outras armas escondidas por traficantes na mata do Chapéu Mangueira”, de 9 de junho de 2008, durante o confronto entre as quadrilhas rivais nos morros do Leme, apresenta-se o ápice do medo e como ele altera a rotina dos moradores do bairro:

Na Rua Gustavo Sampaio, um morador, que pediu anonimato, já gastou R\$ 4.700 para revestir as paredes do escritório, na própria residência, e do quarto de seu filho com placas de aço que encomendou de uma metalúrgica. A cama da criança está estrategicamente posicionada para ficar fora da linha de tiro. O proprietário ainda pretende blindar as janelas, mas ressalta que é um absurdo um cidadão ter que gastar tamanha quantia com a própria segurança:

– Só a janela do quarto do meu filho foi orçada em R\$ 17 mil. A empresa cobra R\$ 2.800 por metro quadrado. Além de trocar o vidro, é preciso também mudar a moldura da janela. Infelizmente, não tenho condições. Mas vou fazer pela vida do meu filho.

O discurso de controle territorial serve ao discurso da “cidade de negócios”, e a cidade só pode ser lucrativa com o controle territorial dos favelados. A notícia “*Controle de favelas do Leme vira principal alvo do tráfico na Zona Sul - Disputa por bocas-de-fumo mobiliza quadrilhas até de outros municípios*”, de 22 de junho de 2008, publicada no jornal *O Globo*, é exemplar de como o sentimento de medo e o retraimento dos padrões e das expectativas de consumo ofereciam as condições perfeitas para a justaposição entre algo que já havia, uma prática policial militarizada, e um discurso da paz organizada pelo mercado de consumo. A UPP obedece,

simultaneamente, à lógica de controle territorial e, ainda, a uma concepção de gestão de negócios que preconiza um modelo da cidade administrada como uma empresa. A figura do cliente suplanta a do cidadão:

A preocupação de todos – moradores, comerciantes, autoridades e empresários da rede hoteleira – é evitar que os tiros atinjam inocentes e firam gravemente a imagem do turismo carioca. Isso porque 80% dos hotéis da cidade estão situados em Copacabana e no Leme. – Não somos afetados diretamente pelos tiros, mas claramente as pessoas estão com medo. Estamos aqui há 17 anos e nunca ocorreu uma situação como essa. Hoje, os frequentadores ligam para perguntar se está tendo tiroteio, antes de decidir se vêm jantar aqui. No último tiroteio, tivemos que abrigar às pressas um grupo de turistas japoneses que passeava pela Avenida Atlântica quando o conflito recomeçou. Como as balas eram traçantes, eles viram que os tiros também chegavam à areia da praia. Isso é uma vergonha para todos nós – desabafou o empresário.

A primeira notícia da UPP Babilônia/Chapéu-Mangueira, intitulada “*Comércio do Leme teve ainda mais assaltos - Quatro lojas do bairro foram invadidas por ladrões em um mês*”, de 15 de junho de 2009, apresenta um dado curioso. Um ladrão relatou para a vítima que o crime no “asfalto” iria aumentar com a inauguração da UPP nos morros do Leme:

Comerciantes do Leme estão preocupados com o aumento de assaltos a estabelecimentos no bairro. Em um mês, pelo menos quatro locais foram alvo de bandidos. Na semana passada, uma ótica e uma loja de operadora de celular foram invadidas. Em um dos casos, o ladrão afirmou que a violência no asfalto iria aumentar, já que o tráfico de drogas nos Morros da Babilônia e Chapéu Mangueira está sendo reprimido pela Polícia Pacificadora.

– *Dá medo. A gente não trabalha mais em paz – afirmou.*

Quando o objetivo declarado pela polícia de “retomar o território”, “desarmar os bandos de traficantes” e de dar início à “desconstrução da ideologia de facção” é atingido, a ênfase dos relatos dos jornais *O Globo* e *Extra* passam a recair nos aspectos econômicos. Se o medo retrocede, abre-se espaço para o discurso econômico orientado para fora da favela: a fruição das rotinas e dos prazeres de uma sociabilidade mediada pelas diversas formas de consumo que a urbe pode ofertar. Para dentro da favela, o discurso mobilizado é o de que foi assegurado o direito de ir e vir dos moradores com o término dos tiroteios imprevisíveis, como demonstra a notícia “*Tranquilidade, um presente de Nata - Moradores de comunidades com Unidades de Polícia Pacificadora agora fazem ceia e convidam sem medo parentes de outras áreas*, de 25 de dezembro de 2009, veiculada no jornal *O Globo*:

– *Nos últimos anos, o medo fazia com que as pessoas não circulassem. O último Natal, apesar da UPP, também foi apreensivo. Dormimos cedo, houve pouca festa. Estávamos todos ainda nos acostumando com a presença da polícia, e não sabíamos o que podia acontecer. Este ano está sendo o contrário. Até mais pisca-pisca tem nas casas.*

Neste ponto, cabe destacar como a relação entre segurança e consumo encontra um solo fértil no Rio de Janeiro quando as UPPs entram na favela e transformam a conduta dos grupos de bandidos, que passam a agir em discrição em relação à polícia na medida em que o tráfico de drogas e o policiamento convivem no mesmo território. Atingidos os objetivos centrais das UPPs de controle territorial militarizado associado à eliminação da visibilidade das armas, acarretando na queda dos índices de letalidade, as atividades criminosas não cessam, os bandidos ficam mais recolhidos e se movimentam discretamente, modulando sua atuação de acordo com a mobilidade do policiamento. A partir daí despontam no horizonte as possibilidades oferecidas pelo mercado de consumo, com o arejamento da sociabilidade pela redução, muito marcante, da violência física praticada pelos bandidos e pela polícia. Essas são as condições de “sucesso” de uma cidade de negócios, medido pelo aumento da renda dos seus habitantes e, também, pela valorização imobiliária. Além disso, essa cidade deve oferecer vantagens de consumo (bens e serviços) perdidas com a violência urbana. A relação entre a militarização, a segurança e o consumo é equacionada, e a mídia passa a ocupar o lugar de porta-voz dos interesses de grupos investidores, fomentando a cultura empreendedora nas favelas. A participação política é eclipsada.

O discurso de controle territorial serve ao discurso da “cidade de negócios”, e a cidade só pode ser próspera com o controle territorial dos favelados. A intensificação do controle territorial e a forte vigilância sofrida pelos favelados, em especial os jovens pobres identificados como criminosos em potencial, produzem o almejado “sentimento de segurança” que atrai os investimentos do mercado (finanças, investimentos, serviços, entretenimento, turismo etc.). Quando o crime atua de modo discreto, abre-se espaço para intervenções de reordenação dos territórios: ações de remoção e de contenção, tal como relatam as notícias “*Babilônia terá 85 famílias removidas*”, de 20 de agosto de 2009, e, também, “*Pacificadas, elas crescem a cada dia - Para o SOS Leme, após a chegada da PM, novas casas surgiram no Chapéu Mangueira e na Babilônia*”, de 25 de novembro de 2009, ambas veiculadas no jornal *O Globo*:

Depois da ocupação da comunidade pela Polícia Militar, a Secretaria Municipal de Habitação incluiu 85 famílias desta área num projeto de remoção.

– *Nasci na comunidade, vou completar 50 anos como moradora daqui. Aceito o projeto para que eu possa ter uma casa melhor, mas desde que seja por aqui. Ficamos na dúvida, porque ninguém disse quando e para onde seria essa mudança – diz a doméstica Maria Jorgina dos Santos, de 40 anos, que vive numa antiga casa de estuque com o marido e quatro filhos. [...] As cerca de 250 pessoas que vivem na Vila do Sossego estão instaladas além do limite da Área de Preservação Ambiental (APA), criada após a ocupação. Estacas de ferro demarcam o local que começa a partir de um platô.*

A ocupação da Polícia Militar e a inauguração de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), entre maio e junho deste ano, nos morros Babilônia e Chapéu Mangueira, no Leme, não trouxeram apenas paz à região. Segundo o movimento SOS Leme, criado há três anos por moradores do bairro, a tranquilidade nos morros tem atraído novos moradores, proporcionando uma expansão das construções irregulares.



O discurso que incide sobre os favelados informa, de um lado, que a necessidade da presença da força física é incontornável, e, do outro, que as intervenções e ações sociais preventivas devem limpar território e mentes das influências da “ideologia de facção”. Nos relatos do *Extra*, destaca-se, nas matérias *O Rio pode dar certo*, de 24 de julho de 2009, *Trabalho social*, de 20 de dezembro de 2009, e, por fim, *Rivalidade só na quadra*, de 30 de maio de 2010, a relação de desconfiança entre policiais e moradores, bem como o esforço policial para cativar os favelados através de eventos sociais tais como festas juninas e competições esportivas:

Há apenas um mês nos morros Chapéu Mangueira e Babilônia, a PM ainda não conquistou completamente os moradores das comunidades do Leme. Alguns ainda estão reticentes quanto à presença dos policiais, evitam conversar muito e parecem mais distantes do que no Morro Dona Marta, em Botafogo, que também está ocupado por uma UPP. [...] Uma disputa entre quadrilhas rivais agitou, no último sábado, os morros da Babilônia e Chapéu Mangueira, no Leme. Mas, dessa vez, ao contrário do que acontecia antes da chegada da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), as quadrilhas não eram compostas por traficantes. E sim pelas crianças de escolas próximas. A festa junina na comunidade, que recebeu o policiamento comunitário há um mês, aconteceu no sábado. E teve ajuda dos cabos e soldados da PM. Coube a eles a tarefa de ajudar na montagem das barraquinhas e trazer a salsicha e o pão para cachorro-quente, que foram comprados pelo batalhão. [...]

[...] Xadrez no Morro da Babilônia. Crianças da comunidade aprendem o jogo em integração com Unidade de Polícia Pacificadora [...] Crianças do Morro da Babilônia, no Leme, estão aproveitando ensinamentos de xadrez para entender o real valor da liberdade de ir e vir em qualquer direção. Livres das regras do tráfico, que ditava os caminhos e descaminhos em todos os lances da comunidade, 57 desses pequenos moradores frequentam aulas sobre o jogo há um mês. O curso foi uma iniciativa de integração entre a UPP e a favela, pacificada desde junho. Não é à toa que a peça predileta dos aplicados alunos é a rainha – única que pode se mover no tabuleiro sem restrições. [...]

[...] Os jogos, organizados pelo capitão Nogueira, comandante da UPP do Pavão-Pavãozinho, foram disputados das 10h às 18h. Entusiasmado com a adesão dos moradores, Nogueira explicou que a competição “quebrou paradigmas do tráfico”.

– Conseguimos uma total integração de comunidades com histórico de rivalidade, como era o caso da Babilônia e do Chapéu Mangueira com o Pavãozinho. Hoje [ontem] as crianças que participam do campeonato estão livres da influência negativa que o tráfico exercia nas comunidades. Jovens de comunidades rivais jamais poderiam interagir. Isso não existe mais e merece ser comemorado. [...]

Essa mentalidade transmuta a categoria de conflito em “parcerias”, de modo que a pacificação, antes de abrir o caminho para políticas públicas, está promovendo ações de mercado e a mentalidade do marketing. Assim, se antes as ações coletivas nas favelas encontravam na violência do tráfico de drogas e da polícia (e, sem dúvida,

ainda encontram) um grande impedimento ao seu desenvolvimento, hoje elas também encontram nas disputas de mercado dentro das favelas a ameaça de fragmentação, haja vista a disseminação do sonho da autonomia financeira atualizado no tipo ideal do empreendedor individual. Nas notícias “*O morro tem vez. Pacificação em algumas comunidades aumenta o número de programas que unem a cidade partida no alto das favelas*”, de 9 de outubro de 2009, e “*UPP estimula potencial turístico de morros - Moradores de Chapéu Mangueira e Babilônia organizam trilhas, aulas de samba e percussão, feira de artes e almoços*”, de 31 de janeiro de 2010, ambas veiculadas no jornal *O Globo*, chama a atenção o fato de que as favelas agora se organizam prioritariamente para todos os que vêm de fora para consumir suas diversas “atrações”, e não para atender às demandas sociais e políticas de seus moradores:

Não é raro encontrar um morador do asfalto carioca que nunca tenha ido a uma favela, embora todo mundo passe por uma no dia a dia e elas sejam mais de mil na cidade. Mas já dá para cantar ao contrário aquela música de Pepeu Gomes e Moraes Moreira: lá vem o Brasil subindo a ladeira.

Outra favela que entrou para a agenda carioca com a pacificação foi a Babilônia, no Leme. Não à toa a sensação de segurança chamou a atenção da fotógrafa da equipe do GLOBO, formada por duas mulheres, quando ela se viu num dos caminhos estreitos da favela já noite adentro. Mas ali, sem o auxílio luxuoso de um plano inclinado, é bom contar com certa boa vontade para subir a ladeira.

O Bar do Francisco das Chagas é uma espécie de recompensa para quem tem essa cota de boa vontade (deve ser esta uma das razões da expressão “pernas pra que te quero”). Empreendedor de carteirinha, ele está ampliando o espaço do negócio. Acaba de construir uma varanda a alguns metros do balcão do pequeno bar, de onde se tem uma vista linda do Cristo e do mar de Copacabana – e que permanece inédita para a maioria dos cariocas.

Também na Babilônia, outra atração é a caminhada conduzida por guias locais. O passeio tem ponto de encontro no Leme e segue por uma trilha na mata, com imagens de cartão-postal. Pode durar até três horas. Depois, para contrabalançar, quem acha que uma vida realmente equilibrada é a que contempla coisas diferentes como esporte e comida calórica tem uma boa pedida ali mesmo. Trata-se do programa casado caminhada ecológica-feijoada. Os almoços são conhecidos como Feijoada do Pituca (na certidão, Rubens Zerbinato). A dobradinha faz parte das boas lembranças de viagem de vários visitantes estrangeiros. Mas há uma restrição que pode desagradar a alguns: como a tia de Pituca é evangélica, quem quiser se fazer acompanhar por caipirinha ou cerveja vai precisar de um *pit stop* nos bares espalhados pela comunidade.

Ou, ainda:

Um ângulo da cidade que a maioria dos cariocas desconhece revela paisagens inéditas e cria novos cartões-postais para símbolos já consagrados, como o Corcovado, a Praia de Copacabana, o Pão de Açúcar e a Baía de Guanabara.

Com apenas seis meses da implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Leme, os moradores das favelas de Chapéu Mangueira e Babilônia se organizam para inaugurar um polo turístico comunitário – dentro de um dos bairros mais visitados – abrindo caminho para o desenvolvimento econômico dessas comunidades e oferecendo aos visitantes uma das trilhas mais belas do Rio, até pouco tempo usada por traficantes para invadir ou fugir de favelas: a área de proteção ambiental dos morros do Leme e Babilônia-São João.

Assim, a policialização da sociedade e a militarização da polícia (MORAES, 2008), somadas aos ideais de construção de uma cidade próspera através das políticas de segurança de cunho economicista, revelam formas de individualismo que fazem com que os sentidos (e os sentimentos) da paz e do medo se neutralizem reciprocamente, silenciando a política, fazendo com que o carioca se esqueça que a liberdade individual só pode ser fruto da luta coletiva (BAUMAN, 1999).

#### 4 MILITARIZAÇÃO E CONSUMO NAS MARGENS URBANAS

A matriz de construção simbólica das UPPs opera uma visão social do mundo nos relatos dos jornais *O Globo* e *Extra*. Essas matérias, entendidas como relatos sobre a sociedade carioca, são o resultado de produtos editoriais que traduzem a representação social da “violência urbana” e organizam os relatos e as categorias de entendimento de diversos atores sociais e políticos, construindo dispositivos de declarações de fato sobre as UPPs. Elas acionam o seu repertório simbólico quanto ao seu núcleo duro de sentido, que orienta as atenções para as rotinas da vida privada. Daí que o conflito, quando não é eclipsado do debate pelo medo, faz com que a “paz”, ou a expectativa de ordem pública, opere giros de sentido nas demandas políticas e sociais, convertendo-as em tratamento policial e preventivo, mas, também, mercadológico, isto é, faz com que a militarização e a inserção no mundo do consumo fechem conexões de sentido, retroalimentando-se no processo de “pacificação”.

Esse conjunto de fatores da vida social conecta-se difusamente ao que Charaudeau (2006, p.236) chama de “*imaginário do igualitarismo*”, capaz de articular o problema da segurança pública ao da “prevenção”, o que, na “cidade de negócios”, é capaz de aliar militarização e oportunidades de mercado, com forte ênfase nos processos de consumo. Ficam assim equacionados os termos da militarização e da prevenção da criminalidade, a “policialização dos problemas sociais” (MORAES, 2008). O processo de “pacificação” ganha organicidade no espaço público mediatizado a partir da confluência das demandas de reconstituição da ordem pública e das expectativas de integração pelo consumo. Aí repousa o caráter político-pedagógico dos relatos de *O Globo* e *Extra*, em que as UPPs também podem ser entendidas como uma linguagem da dominação e da segregação urbana, pois a sua presença nos territórios da pobreza projeta a todos uma capacidade de dissuasão bélica do crime violento, na justa medida em que as políticas sociais podem ser traduzidas por ações policiais e preventivas, ponto em que oportunidades de mercado se apresentam.

A ideia de que a paz significa ausência de conflito desliza para as margens do debate público, e por isso não é a pauta central da agenda oficial. A reatualização do mito das “classes perigosas” (SILVA et al., 2008), ao mesmo tempo em que identifica os pobres urbanos, notadamente a sua juventude negra, os motivos do crime violento, entra em tensão com a identificação desses mesmos pobres e jovens como consumidores em potencial. Ao discorrer sobre a *teoria das elites*, Hollanda (2011) demonstra, com clareza, esta se tratar de uma teoria (e, assim sendo, de uma formação discursiva) de que “*toda forma política produz distinção entre minorias dirigentes e maioria dirigida*”. A UPP informa o jogo de tensões e de ajustes entre o “*elitismo e a democracia*”, uma vez que a “*violência urbana*” e a “*segurança pública*” articulam-se na sociabilidade urbana e na organização das hierarquias de classes nas cidades.

A construção simbólica das UPPs nos relatos de *O Globo* e *Extra* promove assim uma pedagogia política da segurança pública carioca, organizando, em seus relatos, as vozes dos diferentes atores sociais e políticos mobilizados nas arenas públicas em torno do processo de “*pacificação*”, que pavimenta o caminho de um projeto de cidade que é fruto dos interesses econômicos das elites.

## REFERÊNCIAS

- ALMENDRA, D. “Cidade de Deus e os jovens” In: SILVA, L. A. M. da (Org.). **Juventudes em comunidades com UPPs**: perfil, expectativas e projetos para suas comunidades. Rio de Janeiro, dez. 2011. Relatório de pesquisa (CEVIS-IESP-UERJ/FLACSO). Mimeografado.
- BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BECKER, H. S. **Falando da sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BIRMAN, P. Favela é comunidade? In: SILVA, L. A. M. da (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2005.
- COELHO, E. C. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. In: \_\_\_\_\_. **A oficina do diabo e outros escritos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOFFMAN, E. **Estigma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1980.
- HOLLANDA, C. B. de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2011.
- LEITE, M. P. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v.15, n.44, p.43-90, out. 2000.

- LEITE, M. P. Las “ciudades” de la ciudad de Rio de Janeiro: reestructuración urbana en el “contexto de los grandes eventos”. **Revista Trimestral de Debate da Fase**, Rio de Janeiro: FASE, v.36, n.125, 2012.
- LIMA, V. de A. Comunicação, poder e cidadania. **Rastros**: Revista do Núcleo de Estudos em Comunicação, São Paulo: USP, v.7, n.7, p.8-16, out. 2006.
- LIMA, V. de A. **Liberdade de expressão x liberdade de imprensa** - direto à comunicação e democracia. São Paulo: Publisher, 2010.
- MORAES, P. R. B. de. Juventude, medo e violência. In: GEDIEL, J. A. P.; MERCER, V. R. (Org.). **Violência, paixão e discursos**: o avesso dos silêncios. Porto Alegre: CMC, 2008.
- MORAES, P. R. B. de.; ALMENDRA, D. O medo, a mídia e a violência: a pedagogia política da segurança pública no Paraná. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, v.6, p.266-281, 2012.
- NOVAES, R. **Juventude, juventudes**: jovens das classes C, D e E frente aos dilemas de sua geração. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/audiovisual/fictv/2008/11/28/documentos/>>. Acesso em: jun. 2012.
- NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
- PORTO, M. S. G. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Revista Tempo Social**, São Paulo: USP, v.21, n.2, p.211-233, 2009.
- RIOS, J. A. (Coord.). Aspectos humanos da favela carioca – estudo socioeconômico elaborado por SAGMACS. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 e 15 abr. 1960. Suplementos especiais I e II.
- SILVA, L. A. M. da. (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SILVA, L. A. M. da. Quarenta anos de sociologia das classes populares urbanas. In: CARNEIRO, S. de Sá; SANT’ANNA, M. J. G. (Org.). **Cidade**: olhares e trajetórias. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- VALLADARES, L. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VITAL, C. A cidade para os civilizados: significados da ordem pública em contextos de violência urbana. **Dilemas**, Rio de Janeiro: UFRJ, v.5, n.231, p.211-232, abr./jun. 2012.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.